

MOBILIZAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO/MS PARA O SAEB 2023: ANÁLISE DO PLANO DE AÇÃO

Isadora Rodriguez Sambrana ¹
Fabiano Antonio dos Santos ²

INTRODUÇÃO

Nas últimas três décadas, as políticas de avaliação externa em larga escala consolidaram-se como um dos pilares da gestão educacional no Brasil. Embora suas primeiras experiências remontem ao final dos anos 1980, foi a partir da década de 1990 que essas iniciativas ganharam institucionalidade e abrangência, especialmente com a criação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Desde então, o SAEB passou a ocupar posição central na formulação das políticas públicas e na orientação das práticas pedagógicas, assumindo a função de instrumento de regulação e monitoramento da qualidade da Educação Básica (Costa *et al.*, 2019).

Nesse cenário, o SAEB consolidou-se como principal referência para a mensuração da qualidade educacional no país. Em Mato Grosso do Sul, a Secretaria de Estado de Educação (SED/MS) tem promovido ações de mobilização voltadas ao alinhamento das práticas pedagógicas às diretrizes do sistema avaliativo, por meio de formações pedagógicas, acompanhamento técnico e incentivo à participação da comunidade escolar. No entanto, a crescente centralidade atribuída aos resultados dessas avaliações suscita questionamentos acerca de seus efeitos sobre a autonomia docente e sobre o sentido formativo do trabalho pedagógico.

Diante desse contexto, o presente estudo analisou os impactos do SAEB na prática docente, com ênfase nas estratégias adotadas pela SED/MS, em parceria com a Coordenadoria Regional de Educação de Corumbá (CRE-3), para mobilizar a comunidade escolar frente a essa avaliação externa. Buscou-se compreender de que modo tais políticas incidiram sobre a gestão e trabalho dos professores, influenciando as práticas pedagógicas e revelando as contradições entre a formação humana e a lógica de regulação que permeia a política educacional.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, isadora.sambrana@ufms.br;

² Professor orientador: Doutor em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, fabiano.santos@ufms.br

METODOLOGIA

O estudo foi desenvolvido em uma escola estadual localizada no município de Corumbá, Mato Grosso do Sul, tendo como foco as ações pedagógicas voltadas à preparação dos estudantes do 9º ano para o SAEB 2023. A investigação fundamentou-se em observações sistemáticas realizadas entre os meses de agosto e novembro de 2023, abrangendo as aulas de Língua Portuguesa e Matemática, bem como os momentos de formação pedagógica promovidos em consonância com as diretrizes da SED/MS e da CRE-3³.

Essas formações tiveram como propósito alinhar as práticas docentes ao modelo de avaliação externa, oferecendo subsídios teóricos e metodológicos aos gestores e professores envolvidos no processo. Para complementar a análise empírica, utilizou-se como fonte documental o “Plano de Ação – Como sensibilizar e engajar a comunidade escolar no processo das avaliações externas?”, elaborado pela SED/MS em 2023, o qual serviu como referência para compreender as orientações voltadas à consolidação de uma cultura avaliativa no âmbito escolar.

A adoção dessa abordagem metodológica possibilitou uma leitura aprofundada das estratégias e percepções emergentes no contexto escolar, permitindo identificar de que modo as recomendações externas foram apropriadas, reinterpretadas e operacionalizadas pelos sujeitos escolares na tentativa de responder às demandas e desafios impostos pelas avaliações externas.

A análise documental fundamenta-se em categorias de conteúdo compreendidas como expressões concretas da realidade investigada. Tais categorias, conforme Frigotto (2008) configuram-se como fios condutores da investigação, devendo ser definidas a partir de diferenciações analíticas adequadamente consideradas, de modo a apreender o objeto em sua totalidade. Essa perspectiva metodológica permite organizar e classificar os elementos empíricos de forma a evidenciar aspectos essenciais à compreensão da política educacional e de suas implicações no trabalho docente.

Os dados obtidos foram analisados à luz do materialismo histórico-dialético, possibilitando apreender as determinações sociais e políticas que estruturaram as práticas e discursos no campo educacional, revelando as contradições inerentes ao objeto de estudo.

Essa perspectiva metodológica, ancorada na totalidade dos fenômenos sociais, permitiu compreender criticamente o papel das avaliações externas na conformação das

³ A Secretaria de Estado da Educação (SED/MS) estrutura-se por meio de doze Coordenadorias Regionais de Educação (CRE) e a CRE-3 engloba os municípios de Corumbá e Ladário.

práticas docentes e na materialização das políticas educacionais em nível local, evidenciando os limites e as possibilidades de resistência no interior da escola pública.

RESULTADOS

O Plano de Ação permitiu identificar de que forma os conteúdos foram adaptados e quais metodologias foram empregadas para fortalecer o ensino direcionado à preparação para o SAEB. Esse cruzamento de dados possibilitou compreender a relação entre as orientações da SED/MS, as estratégias desenvolvidas pela escola e os desafios enfrentados pelos docentes na preparação dos estudantes.

Com base nessa análise, as seções seguintes discutem os resultados obtidos, buscando compreender as determinações, contradições e mediações que permeiam as práticas escolares frente às políticas de avaliação em larga escala, evidenciando como tais processos incidem sobre o trabalho docente, a gestão escolar e a função social da escola pública, revelando seus efeitos na organização do ensino e na autonomia dos profissionais da educação.

DISCUSSÃO

Avaliação externa como instrumento de regulação e controle pedagógico

A análise do Plano de Ação evidencia que as ações e metas propostas pela SED/MS estão centradas na preparação dos estudantes para o SAEB 2023, enfatizando o cumprimento de metas de participação e desempenho dos estudantes. Essa orientação se traduz em uma prática pedagógica direcionada para o alcance de indicadores específicos, expressando a subordinação da atividade educativa à lógica das políticas de regulação por resultados avaliativos.

Durante as observações, constatou-se que grande parte das formações e planejamentos pedagógicos estavam direcionados ao aprimoramento das habilidades avaliadas pelo exame externo, reforçando o caráter prescritivo e tecnicista do processo. Professores e gestores se mobilizavam para garantir que os alunos estivessem “preparados” para responder às provas, o que resultava em um ensino orientado para o desempenho, em detrimento de uma aprendizagem significativa.

Nesse sentido, tais práticas configuram uma forma concreta de alienação do trabalho docente, uma vez que o professor é conduzido a agir conforme demandas externas que não emergem da realidade escolar, mas da racionalidade gerencial do Estado-avaliador (Neave, 1998). Essa racionalidade reduz a função social da escola à produção de resultados

mensuráveis e desloca o sentido da educação — concebida como formação omnilateral⁴ — para um modelo pautado pela produtividade e pela responsabilização.

Frigotto (2018) defende que a escola deve constituir-se como um espaço de formação integral, capaz de promover a reflexão crítica e o desenvolvimento da consciência social. Sob essa perspectiva, a função social da escola ultrapassa a preparação técnica e instrumental, assumindo o compromisso de formar sujeitos capazes de compreender e transformar a realidade, participando ativamente na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Essa contradição entre a formação humana e a adaptação instrumental evidencia o modo como as avaliações externas se consolidam como dispositivos de controle, moldando o cotidiano escolar e restringindo a autonomia pedagógica. Entretanto, nas fissuras desse processo, emergem movimentos de resistência, quando docentes reinterpretam as orientações oficiais e transformam os momentos de preparação para o SAEB em espaços de reflexão coletiva, análise das dificuldades dos alunos e ressignificação das práticas avaliativas. Esses gestos, ainda que pontuais, expressam as contradições vivas da prática social e revelam possibilidades concretas de resistência e emancipação no interior da lógica hegemônica.

Estratégias de engajamento e a produção do consenso na cultura avaliativa

As ações de sensibilização e motivação propostas no plano, tais como premiações, gincanas, torneios interclasse, simulados e campanhas de incentivo à participação são estratégias apresentadas como formas de engajar estudantes e professores, mas revelam, em sua essência, o esforço de consolidar uma cultura avaliativa centrada no mérito e na competição, reproduzindo valores próprios da racionalidade neoliberal.

Nessa perspectiva, a avaliação reflete uma dualidade, pois “passa a servir, por um lado, para o controle e regulação do Estado e, por outro, como mecanismo de introdução da lógica do mercado, objetivando maior competição e desempenho [...]” (Rothen; Santana, 2018, p. 12). Nesse contexto, o neoliberalismo promoveu a competição entre as escolas, colocando-as em posição de concorrência, de modo que são recompensadas aquelas que alcançam melhores resultados (Amestoy, 2019).

Durante o acompanhamento das práticas escolares, observou-se que essas ações assumiam a forma de eventos associados à ideia de “reconhecimento pelo esforço”. No entanto, sob a ótica dialética, percebe-se que tais iniciativas operam como mecanismos

⁴ Conforme Manacorda (2011), em Marx a formação omnilateral consiste na integração entre ciência, técnica e desenvolvimento humano em todas as suas dimensões, visando à emancipação dos indivíduos e à superação das contradições e antagonismos de classe.

simbólicos de legitimação das avaliações externas, naturalizando-as como práticas indispensáveis e desejáveis. O engajamento, portanto, deixa de representar um movimento consciente e crítico da comunidade escolar e passa a configurar-se como adesão ao discurso hegemônico da qualidade mensurada por resultados.

Desse modo, as premiações e atividades lúdicas funcionam como formas de produção do consenso, conforme Gramsci (2000), uma vez que mobilizam expectativas para sustentar a hegemonia da cultura avaliativa. A escola, enquanto espaço de contradições, apresenta-se simultaneamente como sujeito e objeto desse processo: ao mesmo tempo em que se submete às exigências externas, também internaliza e reproduz os valores que sustentam a política de avaliação em larga escala.

Assim, essa categoria revela a luta entre consentimento e resistência, entre a reprodução ideológica das políticas avaliativas e a possibilidade de sua ressignificação a partir da prática docente. A análise demonstra que a consolidação de uma cultura avaliativa na escola pública não se dá de forma linear, mas é permeada por disputas, contradições e mediações que expressam a materialidade das relações de poder no campo educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise documental evidenciou que a pressão exercida por instâncias administrativas superiores tem incentivado a adoção de práticas voltadas exclusivamente ao cumprimento de metas e indicadores educacionais, como a aplicação recorrente de simulados, uso de materiais direcionados aos conteúdos avaliados e a oferta de premiações com base no desempenho dos estudantes. Essa lógica de controle, sustentada pela ênfase nos resultados das avaliações externas, restringe a autonomia docente, transformando gestores e docentes em reféns de um sistema avaliativo. Diante desse cenário, verificou-se que há um constante tensionamento entre as potencialidades e os limites desse modelo avaliativo, reforçando a necessidade de repensar o papel das avaliações externas. Defende-se que essas avaliações assumam um caráter formativo, voltado à identificação de fragilidades e ao aprimoramento das práticas pedagógicas, de forma crítica, contextualizada e comprometida com a formação emancipatória dos estudantes.

Diante das contradições evidenciadas, abre-se a oportunidade para o aprofundamento de novos debates e investigações que fortaleçam o diálogo com as análises apresentadas ao longo deste estudo, contribuindo para a construção de abordagens críticas capazes de promover uma educação pública comprometida com a emancipação humana e com a transformação social.

Palavras-chave: Avaliação externa, Autonomia docente, Políticas públicas educacionais, Educação básica.

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo apoio financeiro durante o desenvolvimento da pesquisa no Mestrado e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, pela bolsa durante a apresentação do trabalho no Doutorado; à equipe de gestão da escola participante que gentilmente contribuíram para a execução deste estudo.

REFERÊNCIAS

AMESTOY, M. B. **A política de accountability na educação básica e os efeitos da avaliação externa no ensino e na gestão escolar: um estudo no município de Santa Maria/RS.** Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Maria. 2019.

COSTA, A. G.; VIDAL, E. M.; MONTE, A. L. L. C.; VIEIRA, S. L. Políticas de avaliação externa e suas interfaces com as ações municipais: o caso de cinco municípios cearenses. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 13, 2019.

FRIGOTTO, G. **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século.** Petrópolis: Vozes, 2008.

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real.** Cortez Editora, 6ª edição, 2018.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere.** Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MANACORDA, M. A.. Marx e a formação do homem. **Revista HISTEDBR On Line**, v. 11, n. 41, p. 6-15, 2011.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Educação. **Plano de ação – Como sensibilizar e engajar a comunidade escolar no processo das avaliações externas?.** Mato Grosso do Sul: Secretaria de Estado de Educação – SED/MS, 2023.

NEAVE, G. The Evaluative State Reconsidered. **European Journal of Education**, v. 33, n. 3, 1998. p. 265–284.

ROTHEN, J. C.; SANTANA, A. C. M. **Avaliação da educação: referências para uma primeira conversa.** São Carlos: EdUFSCar, 2018. E-book.